LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESOLUÇÃO Nº 17, de 1989

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, considerando a necessidade de adaptar o

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados

seu funcionamento e processo legislativo próprio à Constituição Federal, RESOLVE:
CAPÍTULO II
DO RECEBIMENTO E DA DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES
Art. 143. Na tramitação em conjunto ou por dependência, serão obedecidas as seguintes normas:
I - ao processo da proposição que deva ter precedência serão apensos, sem incorporação, os demais;
II - terá precedência:
a)a proposição do Senado sobre a da Câmara;
b)a mais antiga sobre as mais recentes proposições;
III - em qualquer caso, as proposições serão incluídas conjuntamente na
Ordem do Dia da mesma sessão.
Parágrafo único. O regime especial de tramitação de uma proposição
estende-se às demais que lhe estejam apensas.
CAPÍTULO III
DA APRECIAÇÃO PRELIMINAR
DA AI RECIAÇÃO I RELIVITIVAR
Art. 144. Haverá apreciação preliminar em Plenário quando for provido recurso contra parecer terminativo de Comissão, emitido na forma do art. 54.
Parágrafo único. A apreciação preliminar é parte integrante do turno em que
se achar a matéria.
* Artigo com redação dada pela Resolução nº 10, de 1991.